

MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO EMPREGO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL

Através do **Decreto-Lei n.º 27-B/2020**, de 19 de junho, o Governo aprovou um conjunto de **medidas de apoio à manutenção do emprego** no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), tendo em conta a situação das empresas e assentando, por isso, em modalidades diferentes conforme as empresas se mantenham encerradas, possam retomar de modo gradual a atividade ou possam retomar em pleno a sua normal atividade.

MEDIDAS
Prorrogação do regime de lay-off simplificado
Criação de um complemento de estabilização
Criação de um incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial

PRORROGAÇÃO DO REGIME DE LAY-OFF SIMPLIFICADO

- ❖ **Empresas que tenham recorrido ao lay-off simplificado e que tenham atingido o limite máximo de três meses até 30 de junho de 2020:**
 - podem beneficiar da prorrogação desse apoio até 31 de julho de 2020.
- ❖ **Empresas e estabelecimentos que se encontrem sujeitas ao dever de encerramento de instalações e estabelecimentos por determinação legislativa ou administrativa de fonte governamental, no âmbito da pandemia da doença COVID-19:**
 - podem aceder ou manter o direito ao regime de lay-off simplificado, bem como à respetiva prorrogação, enquanto se mantiver esse dever, não sendo aplicável, nestas situações, o limite máximo de três meses.
- ❖ **As empresas que não tenham recorrido ao lay-off simplificado:**
 - apenas podem apresentar os respetivos requerimentos iniciais com efeitos até 30 de junho de 2020, podendo nesse caso prorrogar mensalmente a aplicação da medida até ao máximo de três meses (30 de setembro de 2020).

O Decreto-Lei n.º 10-G/2020 que instituiu o regime de lay-off simplificado **passa a produzir efeitos até 30 de setembro**, sem prejuízo do disposto nos pontos seguintes.



As empresas que beneficiem do regime de lay-off nos termos *supra* referidos, **beneficiam de isenção do pagamento de contribuições para a segurança social**, nos termos consagrados no Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março.

COMPLEMENTO DE ESTABILIZAÇÃO

❖ **Beneficiários:**

- trabalhadores cuja remuneração base em fevereiro de 2020 tenha sido igual ou inferior a € 1.270,00 e que, entre os meses de abril e junho, tenham estado abrangidos pelo menos um mês civil completo pelo regime de lay-off (simplificado ou previsto no Código do Trabalho).

❖ **Valor do apoio:**

- o complemento de estabilização corresponde à diferença entre os valores da remuneração base declarados relativos ao mês de fevereiro de 2020 e ao mês civil completo em que o trabalhador esteve abrangido pelo regime de lay-off em que se tenha verificado a maior diferença.

Nota: são considerados os valores constantes das declarações de remunerações entregues até 15 de julho de 2020.

❖ **Limites do valor do apoio:**

- limite mínimo: € 100,00
- limite máximo: € 351,00

❖ **Data do pagamento do apoio:**

- mês de julho de 2020

❖ **Procedimento:**

- pago pela segurança social e deferido de forma automática e oficiosa

INCENTIVO EXTRAORDINÁRIO À NORMALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL

❖ **Beneficiários:**

- empregadores que tenham beneficiado do regime de lay-off simplificado ou do plano extraordinário de formação

❖ **Modalidades e valor do apoio:**

- (i) apoio one-off:
 - o apoio no valor de € 635,00 por trabalhador abrangido pelo regime de lay-off simplificado ou plano extraordinário de formação, pago de uma só vez.
- (ii) apoio ao longo de 6 meses:
 - o apoio no valor de € 1.270,00 por trabalhador abrangido pelo regime de lay-off simplificado ou plano extraordinário de formação, pago de forma faseada ao longo de seis meses.

O incentivo extraordinário é concedido pelo IEFP, designadamente a partir de informação transmitida pela Segurança Social, e regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área do trabalho.

❖ **Critérios para determinação do montante do apoio:**

- Quando o período de aplicação do regime de lay-off simplificado ou do plano extraordinário de formação tenha sido **superior a um mês**: o montante do apoio é determinado de acordo com a média aritmética simples do número de trabalhadores abrangidos por cada mês de aplicação desse apoio;
- Quando o período de aplicação do regime de lay-off simplificado ou do plano extraordinário de formação tenha sido **inferior a um mês**: o montante do apoio é reduzido proporcionalmente;
- Quando o período de aplicação do regime de lay-off simplificado ou do plano extraordinário de formação tenha sido **inferior a três meses**: o montante do apoio é reduzido proporcionalmente.

❖ **Dispensa parcial do pagamento de contribuições para a segurança social na modalidade do apoio ao longo de 6 meses:**

- no apoio ao longo de 6 meses acresce o direito a dispensa parcial de 50 % do pagamento de contribuições para a segurança social a cargo da entidade empregadora, com referência aos trabalhadores abrangidos pelo plano extraordinário de formação ou pelo regime de lay-off simplificado.
- quando o período de aplicação do regime de lay-off simplificado tenha sido superior a 30 dias, a dispensa parcial de 50 % do pagamento de contribuições para a segurança social refere-se aos trabalhadores abrangidos no último mês de aplicação desse apoio, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- quando o último mês da aplicação do regime de lay-off simplificado tenha ocorrido no mês

de julho de 2020, consideram-se os trabalhadores abrangidos por esse apoio no mês imediatamente anterior.

- a dispensa parcial de 50 % do pagamento de contribuições para a segurança social a cargo da entidade empregadora aplica-se nos seguintes termos:
 - o **durante o 1.º mês** da concessão do incentivo extraordinário, quando este seja concedido no seguimento da aplicação do regime de lay-off simplificado ou do plano extraordinário de formação por **período inferior ou igual a um mês**;
 - o **durante os dois primeiros meses** da concessão do incentivo extraordinário, quando este seja concedido no seguimento da aplicação do regime de lay-off simplificado ou do plano extraordinário de formação por período **superior a um mês e inferior a três meses**;
 - o **durante os três primeiros meses** do incentivo extraordinário, quando este seja concedido no seguimento da aplicação do regime de lay-off simplificado ou do plano extraordinário de formação por período **igual ou superior a três meses**.

❖ **Dispensa total do pagamento de contribuições para a segurança social na modalidade do apoio ao longo de 6 meses:**

- quando haja criação líquida de emprego, através da celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado, nos três meses subsequentes ao final da concessão do incentivo extraordinário na modalidade do apoio ao longo de 6 meses, o empregador tem direito a dois meses de isenção total do pagamento de contribuições para a segurança social a cargo da entidade empregadora.

Notas:

- o Considera-se haver criação líquida de emprego quando o empregador tiver ao seu serviço trabalhadores em número superior ao observado, em termos médios, nos três meses homólogos;
- o A isenção total do pagamento de contribuições para a segurança social a cargo da entidade empregadora refere-se aos empregos criados em termos líquidos através de contrato de trabalho por tempo indeterminado;
- o O empregador fica sujeito ao dever de manutenção do nível de emprego alcançado durante um período de 180 dias.

A dispensa parcial e total do pagamento de contribuições para a segurança social a cargo da entidade empregadora é reconhecida oficiosamente, designadamente com base na troca de informação entre o IEFP e a Segurança Social.

❖ **Deveres dos empregadores:**

- Os empregadores que beneficiem do incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial **não podem fazer cessar contratos de trabalho ao abrigo das modalidades de despedimento coletivo, despedimento por extinção do posto de trabalho, despedimento por inadaptação**, nem iniciar os respetivos procedimentos.
- Os empregadores abrangidos pelo incentivo extraordinário na modalidade ao apoio ao longo 6 meses **devem manter o nível de emprego observado no último mês** da aplicação do regime de lay-off simplificado ou plano extraordinário de formação.
Nota: quando o último mês da aplicação do lay-off simplificado ou do plano extraordinário de formação tenha ocorrido no mês de julho de 2020, considera-se o mês imediatamente anterior da aplicação dessas medidas.
- O cumprimento dos deveres deve ser observado durante o período de concessão do incentivo extraordinário e nos 60 dias subsequentes.
- Durante o período de concessão do incentivo, o empregador deve manter comprovadamente as situações contributiva e tributária regularizadas perante a segurança social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.
- A violação do disposto *supra* implica a imediata cessação do apoio e a restituição ou pagamento, conforme o caso, ao IEFP e à Segurança Social dos montantes já recebidos ou isentados.

CUMULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE DE APOIOS

- ❖ O empregador **não pode beneficiar simultaneamente** (i) do regime de lay-off simplificado e do plano extraordinário de formação e (ii) do apoio à retoma progressiva previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho.
- ❖ O empregador que recorra ao regime do lay-off simplificado **pode**, findo aquele apoio, recorrer ao apoio à retoma progressiva previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho.

- ❖ O empregador que recorra ao regime do lay-off simplificado **pode**, findo aquele apoio, recorrer ao regime de lay-off previsto no Código do Trabalho, não se aplicando o disposto no artigo 298.º-A do Código do Trabalho.
- ❖ O empregador que recorra ao incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial **não pode** aceder ao apoio à retoma progressiva previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho.

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do **Decreto-Lei n.º 27-B/2020** compete à Segurança Social, ao IEFP e à Autoridade para as Condições do Trabalho.

ENTRADA EM VIGOR E PRODUÇÃO DE EFEITOS

O **Decreto-Lei n.º 27-B/2020** entrou em vigor no dia 20 de junho de 2020 e produz efeitos até 31 de dezembro de 2020.

Lisboa, 21 de junho de 2020

José Mota Soares

jose.soares@AndersenTaxLegal.pt

Mafalda Portugal Faria

mafalda.faria@AndersenTaxLegal.pt